

TON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JAIR LEONARDO LOPES, NABOR CESAR SIQUEIRA e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Evocando sentimentos de amizade, companheirismo e admiração ao brilhante criminalista que fora o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, o Senhor Presidente, profundamente consternado, propôs ao Colegiado votos de pesar pelo seu falecimento. Em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO para que, também, se associasse àquela manifestação, tendo em vista o intercâmbio profissional e social que os unira durante quatro décadas. À oportunidade o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO ratificou o que foi dito inicialmente pelo Senhor Presidente e, para tornar pleno o perfil do homenageado, ofereceu aos presentes a mavirosa crônica "CESSOU O CANTO DA CIGARRA" - de autoria do escritor Eliêzer Rosa, a seguir transcrita. "Da formiga tinha ele a operosidade, Da cigarra, o maviroso canto. Não tinha da formiga a ambição de avelhar provisões para o Inverno. Da cigarra, tinha a ânsia da canção, o prazer de cantar seu doce canto. O canto que sua canção cantava era o canto da advocacia criminal. E nesse cântico pôs todas as forças de sua alma e todo o poder de seu especializado saber. Mas, o Anjo da Morte fez cessar aquela sonora voz que, por mais de três décadas de anos encheu de sua mavirosidade nosso foro e o de outros por esse Brasil em fora. Já agora não no ouviremos mais. Resta-nos a ressonância daquele canto, na voz da saudade que ele nos deixou. A cigarra morreu, antes da chegada do Verão, que o fretenir de suas asas anunciaria. Como a formiga, em pleno Inverno se foi a invernar na mão de Deus. Morreu Serrano Neves. E fica-nos a lembrança daquele jeito todo grã de aproximar-se mansamente, esfregando as mãos, sorridente, trazendo, na alegria da idéia nova, o achado da véspera, nas noites indormidas, na busca preciosa dum pensamento renovador, advindo de suas meditações e seus estudos. Sentia-se nele o encantamento de haver trabalhado intensamente um tema penal e apresentar aos companheiros de jornada o fruto de suas conclusões, e saboreá-lo, a contar o que aprendera no diuturno convívio com seus livros, suas leituras e seus estudos, na incessante lida com os Mestres de Direito Penal. Entrava, narrava suas vitórias intelectuais, naquela alegria de criança que ia envelhecendo, sem perder o encanto da permanente juventude de alma. Toda morte é dolorosa. Seja a morte da bojeleira que adejava sobre as flores do nosso jardim; seja a do colibri que lhes sugava o mel; seja a do nosso rãssaro que descantava, na gaiola de nossa varanda; seja a do cão vadio e rueiro que, na rua, morreu sem dono; seja a abelha que amanheceu sem vida, esmagada pela pétala da rosa que desfolhou na aragem matinal. Quanto mais é, então, dolorosa a morte de um homem, dum amigo, dum companheiro de tantas caminhadas pelos mesmos caminhos, no suave diálogo das divinas coisas do espírito! Todo advogado que morre é uma segurança a menos para os que têm fome e sede de justiça. E quando o que morre é advogado criminal de prol, combatente incansável das incruentas lutas do Direito Criminal, é maior a sensação do desamparo, especialmente para aqueles a quem a vida negou as possibilidades de entregar a seu defensor o palmário, os honorários, em honra a seu paladino, a bem dizer, gratuito. Essa a terrível sensação de insegurança que aflige a quantos vian no magnânimo e desprendido patrono aquele que podia socorrer na hora incerta e aflita o nobre que caiu na desgraça. É que o nosso grande morto era muito mais cigarra que formiga, quando se tratava do exercício de sua egrégia profissão. Punha o mesmo ardor na causa paga e na gratuita. Vitorioso sem alarde, sem vanglória. Tinha o domínio da amável arte de saber perder sem revolta e sem censura ao que julgou. Ele poderia repetir aquele trecho da Oração do Advogado de certo autor que dizia assim: "Que o pão dos meus filhos venha dos meus honorários; que os meus honorários não venham do pão dos filhos do meu cliente..." Como os Monges medievais, passava seu tempo a estudar e decifrar revelhas escrituras e redigir em seus nobres pergaminhos a lição das raras obras que, sem aquele anônimo trabalho, se teriam perdido. E lidos e estudados, ninguém perguntava quem era aquele beneditino de alma pura que se cansara na deleitosa tarefa de transmitir ao mundo os segredos do saber antigo, que os modernos reelaboraram e dele retiraram as lições para o nosso tempo. Vivia o nosso morto a excoigitar livros e autores, na laboriosa tarefa de aprender a ensinar. E como na Bíblia está dito: "De graça recebestes, de graça dai". Era assim o companheiro que a morte acaba de levar de nós. Tem o foro um grande advogado a menos; o Direito Penal um sabedor a menos; os pobres um dedicado defensor a menos; os amigos um amigo a menos; os colegas um colega a menos; o Botafogo um amoroso torcedor a menos, e, para todos, uma saudade a mais. Era ele um aturado cultor da nossa língua e a sabia a preceito. Escrevia belamente, na gramática e no estilo. Sua frase era tersa, escoreita e harmoniosa. Lido e estudado nos clássicos vernaculistas portugueses. Obsequioso, dera-me, de presente certa feita, um exemplar do Eurico, de Alexandre Herculano. O livro estava pleno de notas sobre a sintaxe de regência do magno escritor. Lia-se ele com prazer e aproveitamento porque tudo que lhe saía da pena era ouro de lei, na forma e na substância. Um vernaculista a menos em nosso meio, já tão pobre de bons escritores, no difícil e peculiar estilo forense. E nisso como no mais, podia ele ensinar-nos com autoridade. Pelo tempo vivido entre advogados criminais, tinha-lhes eu reverende estima. Quando, indevidamente, escrevi e publiquei um Dicionário de Processo Penal, dediquei-o, entre outros, ao morto inesquecido. Então, escrevi: Dedico-lhes este modesto Dicionário por necessidade espiritual de gratidão. Com

cada um e com todos, aprendi muito, no convívio da judicatura criminal. Cada um trouxe ao meu tirocínio de juiz a sua elegante contribuição. É assim que ninguém escreve um livro sozinho, advertiu Pascal. Com aspas, ou sem elas, todo livro é obra coletiva. Como citaria eu nesse "são-francisquinho" da literatura processual penal, as observações, o exemplo, que, no suave diálogo, por longos anos mantido deles me vieram? Está tudo escrito no coração, livro sempre inédito, escrito entre dores e alegrias, no lacerante, e, todavia, amável cotidiano forense desta Oitava Vara Criminal, onde erigi minha Capela, donde vejo minha Diocese e meu rebanho de almas em penitência, meu púlpito leigo, meu berço judicante e meu túmulo. Depois dela... "Quero descansar/Morrer.../ Completamente". Recebam-no. Amigos. Nada mais tenho. São as "esmeraldas" do Bandeirante, "em lodo desmanchadas..." Deixo-lhes em louvor e gratidão." E poderíamos repetir aqui aquilo de Eurípedes, referido na oração feita pelo Dr. Francisco Campos, em homenagem ao poeta Frederico Schmidt: "Quem sabe, pode ser que a vida seja a morte e que a morte seja a vida". Para os que cremos numa vida melhor depois que esta cessar, é um ponto de chegada. É um ponto de partida... Para junto de Deus. Descanse em paz, nobre amigo. Sua morte será chorada por muitos. Sua vida não será esquecida. "MEMÓRIA". - Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colegiado que aprovou-a com as emendas propostas pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 20 de maio a 23 de junho último. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA para que proferisse a leitura do trabalho sobre as "Regras Mínimas de Execução Penal" encaminhadas, ainda, pelo Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES. Após a referida leitura e em complementação ao texto remetido o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO emitiu o parecer que a seguir transcrevemos. "I- Histórico necessário - 01. Na reunião de 24 de maio do ano corrente, a vigéssima segunda (22a.) desse egrégio Conselho, por determinação da DD. Presidência, oferecemos parecer sobre o "Anteprojeto de Estatuto-Padrão do Pessoal Penitenciário". 02. O ilustre Conselheiro Francisco de Assis Serrano Neves levantou questão preliminar, ao ensejo da votação, no sentido de que, tal anteprojeto de Estatuto, se transmudasse em normas gerais, emanadas do Conselho Nacional de Política Penitenciária, sob a forma de Resolução. Na ocasião, consultados, nada tivemos que opor. 03. Assim, restou decidido e o aludido parecer não se chegou a pô-lo em votação, como é claro. 04. Constituiu-se, na oportunidade, comissão, voltada a elaborar as referidas normas gerais, ou "Regras Mínimas de Execução Penal", composta pelos Conselheiros Francisco de Assis Serrano Neves e José Danton de Oliveira, sob nossa direção. 05. Já, a 10 de junho passado, recebíamos do Conselheiro Francisco de Assis Serrano Neves o anteprojeto de Resolução, que elaborara e, a 06 de junho último, o Conselheiro José Danton de Oliveira nos remetia seu estudo e juízo sobre dito trabalho. Cabe-nos, agora, considerar o conjunto de estudos. 06. Existe, contudo, intransponível obstáculo em ajuizar, com plena liberdade, sobre o tema. O Conselheiro Francisco de Assis Serrano Neves, aqui presente, posto que siderado, não nos pode responder, nem sustentar os pontuais votos de sempre. O falecimento do Conselheiro Serrano Neves fora caso de ser lamentado e muito, se não guardássemos todos a certeza de que o temos melhor, na grandeza de Deus, que jamais termina. A Providência divina, apenas e por vários e sabidos motivos, quiz lhe apressar a recompensa das virtudes de homem, advogado e de jurista. II- No mérito-07. As "Regras Mínimas de Execução Penal", que se acham propostas, salutaras todas, apresentam duas (02) questões a examinar: Primeira: várias normas reitoras já se encontram no oferecido Projeto de Lei de Execução Penal, ainda sob a douta apreciação do Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Deputado Ibrahim Abi-Ackel; e Segunda: não atendem elas à intenção, ao propósito de vir a ter um "Estatuto-Padrão do Servidor Penitenciário". 08. Não nos parece conveniente, nem oportuno o adiamento normativo desejado, até por razões práticas. O "Estatuto-Padrão do Servidor Penitenciário", de outra sorte, achamo-nos persuadidos de sua necessidade. Eventuais desencontros, no mero afeiçoamento do aludido diploma, não arredam a idéia, mas correm para melhorá-la. É matéria, pois, em aberto. 09. As "Regras Mínimas de Execução Penal", apresentadas pelo Conselheiro Francisco de Assis Serrano Neves e adotadas pelo Conselheiro José Danton de Oliveira, apresentam, todavia, importantes e urgentes temas outros, que poderiam ser objeto de Resolução do egrégio Conselho. 10. Daí, ousarmos submeter anteprojeto de Resolução, encartado ao presente parecer, o qual se constitui em variante do primeiro. Sobre tal proposição e todo o processado, pedimos que ouça, por essencial, o ilustre Conselheiro Renê Ariel Dotti, cuja ciência e méritos, em assuntos de execução penal, já bem se evidenciaram no anterior projeto e no projeto da Lei respectiva. Este o meu parecer, salvo melhor juízo. Brasília, 26 de junho de 1982.- assinado: SERGIO PITOMBO" Após a discussão o parecer foi aprovado pela maioria dos presentes e, de acordo com a conclusão do relator encaminhamos a Resolução e demais documentos ao Senhor Conselheiro RENÊ ARIEL DOTTI, para examinar e redigir o documento final. Ao substitutivo proposto os Senhores Conselheiros JAIR LEONARDO LOPES e JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, respectivamente, ofereceram as seguintes sugestões: a) - tratamento específico e à parte deste, através de um "